



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

RESPOSTAS ÀS IMPUGNAÇÕES

Recorrido: Edital Pregão Eletrônico nº 021/2018- PROCESSO nº 076/2018 - Contratação de Empresa Visando a Locação de Concentrador de Oxigênio para Usuários do S.U.S.

Recorrentes: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA Protocolo 6.799/2018, NILSON MOREIRA CARDOSO ME Protocolo 6.977/2018 E WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA – Protocolo 7.075/2018.

Apresentou impugnação em 07/05/2018, sob o protocolo nº 6.799/2018 aos termos do edital epigrafado de forma tempestiva, o licitante **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA** conforme prazos estabelecidos no edital e na forma da lei.

Em síntese, alega a Impugnante que deverá ser exigida a apresentação dos documentos AFE E CBPF. Requer que os lotes de participação exclusiva sejam destinados à ampla concorrência. Questiona a inexecutabilidade dos prazos de entrega previstos no edital, a fixação da capacidade dos cilindros e a inviabilidade da operacionalidade do abastecimento dos cilindros de backup.

E logo após a Pregoeira encaminhou à Diretora de Atenção Básica, à Vigilância Sanitária e à Procuradoria Geral do Município, para análise e emissão de parecer acerca das alegações do recorrente. Após análise, opinaram da seguinte maneira:

Diretoria de Atenção Básica

Resposta ao pedido de impugnação interposto pela empresa Air Liquide Brasil LTDA, Pregão Eletrônico 21/2018, Processo de Licitação 76/2018:

Quanto à inexecutabilidade dos prazos de entrega previsto no Edital.

“Todavia, esse prazo de 30 (trinta) dias é exíguo e inexequível para qualquer fornecedor, salvo para o atual fornecedor!”

Resposta:

Com fulcro no objeto no processo licitatório e em consulta a outros editais de mesmo objeto elaborado por outros municípios o prazo de 30 dias é suficiente para logística e instalação dos referidos equipamentos, sendo esse prazo superior ao de muitos dos processos por esse setor consultado.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

Atualmente não existe fornecedor de Concentradores de O₂, sendo que o pregão 21/2018 é o primeiro a conter esse objeto. Tendo posto não existe um atual fornecedor que poderá se beneficiar do prazo estabelecido.

"Ainda no que concerne aos prazos de entrega, o instrumento convocatório prevê que a contratada deverá – Fornecer/substituir aparelho com defeito em no máximo 24 horas, após ser comunicado. Esse prazo também merece revisão e alteração, ante a sua flagrante inexequibilidade.

Nesse contexto, mostra-se essencial o fato de que existem várias empresas fornecedoras de gases no mercado que possuem cilindros com capacidade que diferem umas das outras. Essa variação gira em torno de 1M³ na capacidade do cilindro fornecido de um fornecedor para outro."

Resposta:

Motivada por este pedido de impugnação a Diretoria de Atenção Básica resolve retificar o edital para melhoria da prestação do serviço, sendo que passará a ser de responsabilidade do prestador de serviço a recarga do cilindro de O₂ no caso de falta de energia ou defeito do equipamento. Ficando com juízo de discricionariedade o prazo que a mesma sanará o defeito, desde que seja razoável e não venha a causar prejuízo a saúde do paciente. A capacidade da bala de O₂ ficará a critério da contratada. Desde que a mesma atenda às necessidades dos pacientes que vierem dela necessitar, diante da falta de energia ou defeito do equipamento.

"Como será feita a verificação do motivo que deu ensejo à recarga do cilindro de oxigênio (falta de energia ou inoperância do concentrador) para apurar se a responsabilidade é da Contratante ou da Contratada?

Havendo falta de energia que se enquadra na hipótese de abastecimento do cilindro por parte da Contratante, a recarga será feita por outro fornecedor nos cilindros da Contratada?"

Qual a garantia que a Contratada vai ter em relação aos seus cilindros, usados com seus reguladores e fluxômetros, usados nas trocas durante as recargas?

Como será possível à Contratada verificar se os cilindros fornecidos durante uma eventual troca estão com seus testes de verificação em dia?

De quem será a responsabilidade em caso de dano, extravio ou situações similares com os equipamentos da empresa vencedora, que decorrem do manuseio de outra empresa fornecedora de oxigênio?"

Resposta:

PASSARÁ A SER DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, O FORNECIMENTO E A RECARGA DO CILINDRO, INDEPENDENTE DO MOTIVO (FALTA DE ENERGIA OU DEFEITO). SENDO ASSIM A CONTRATADA SERÁ A ÚNICA RESPONSÁVEL E COMPETENTE PELO MANUSEIO DO EQUIPAMENTO E DOS CILINDROS QUE SERÃO FORNECIDOS EM COMODATO.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

Vigilância Sanitária

Em atendimento ao Ofício nº 036812018-GESUP/LICITACAO/MS, referente os autos do certame pedindo impugnação do Pregão Eletrônico nº 21/2018 informo o seguinte:

Considerando que no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico 021/2018 consta dois tipos de produtos sujeitos ao controle sanitário: concentrador de oxigênio (produto para saúde de risco II) e cilindro de O₂ (gás medicinal) a documentação exigida relativa a Vigilância Sanitária está incompleta, uma vez que:

PARA CONCENTRADOR DE OXIGENIO AS EXIGENCIAS SÃO conforme Lei Federal 6360/76: 1-Alvara Sanitário atualizado expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente estadual ou municipal da sede do domicílio da licitante;

2- Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitido pela ANVISA/MS, no caso de Fabricante ou distribuidor;

3-Registro ou Notificação do Produto no Ministério da Saude, ou se Declarado Dispensado de Registro. Serão aceitas copias da publicação completa no Diário Oficial da União, referente ao registro ou notificação do produto ofertado, ou da declaração de isenção do registro no Ministério da Saude, em vigor.

OBS: COMO O PRODUTO PARA SAUDE EM QUESTAO E CLASSIFICADO COMO DE RISCO II, NAO E EXIGIDO O CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO, CONFORME RESOLUCAO-RDC 15 DE 28/03/14.

PARA GASES MEDICINAIS AS EXIGENCIAS SAO conforme Lei Federal 6360/76 e Resolução-RDC 69/2008:

1- Alvara Sanitário atualizado expedido per órgão de Vigilância Sanitária competente estadual ou municipal da sede do domicílio do licitante, em vigor, exceto se a licitante for distribuidora de gases medicinais;

2- Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitido pela ANVISA/MS. No caso de o licitante ser distribuidor apresentar a AFE do fabricante/envasador do gás medicinal par ele distribuído;

3 - Certificado de Boas Práticas de Fabricação de gases medicinais emitido pela ANVISA/MS, em vigor. No case de o licitante ser distribuidor apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação de gases medicinais do fabricante/envasador do gás medicinal por ele distribuído.

OBS: Devido a inexistência de normatização especifica para atividade de distribuição de gases medicinais a ANVISA não esta emitido Autorização de Funcionamento de Empresa -AFE para distribuidores de gases medicinais e consequentemente não está emitindo o Alvara Sanitário pela VISA municipal.

DIANTE DO EXPOSTO DEVE-SE CONSTAR NO REFERIDO EDITAL A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A VIGILANCIA SANITARIA PARA OS DOIS PRODUTOS OBJETO DA LICITAÇÃO:

a) Alvara Sanitário atualizado, referente ao objeto licitado (produto para saúde e gás medicinal), expedido pela Vigilância Sanitária do domicílio da licitante, não



Prefeitura Municipal de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Saúde

Comissão de Pregão

necessitando constar a atividade de distribuição de gases medicinais, no caso de distribuidor;

b) **Autorização de Funcionamento da Empresa:-** AFE para gases medicinais expedida pela ANVISA relativa a fabricação/envase de gases medicinais. Se a participante for distribuidora de gases medicinais, poderá apresentar a Autorização de Funcionamento do Fabricante (AFE) do gás medicinal por ele distribuído,

c) **Autorização de Funcionamento da Empresa -** AFE para produtos para a saúde expedida pela ANVISA, no caso de a empresa participante ser fabricante ou distribuidora;

d) **Certificado de Boas Práticas de Fabricação de gases medicinais** emitido pela ANVISA/MS, em vigor. No caso de a licitante ser distribuidora apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação de gases medicinais do fabricante/embalador do gás medicinal por ele distribuído.

e) **Registro ou notificação do produto para saúde no Ministério da Saúde, ou se Declarado Dispensado de Registro.** Serão aceitas cópias da publicação completa no Diário Oficial da União, referente ao registro ou notificação do produto para saúde ofertado, ou da declaração de isenção do registro no Ministério da Saúde, em vigor.

Procuradoria Geral do Município

A Procuradoria Geral do Município, atendendo requerimento desta Secretaria Municipal de Saúde, através do ofício nº 0369/2018 - GESUP/LICITAÇÃO/SMS(fl. 153), para pronunciar-se acerca da impugnação oferecida pela **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA** no Edital de Pregão eletrônico nº 021/2018, que será realizado no dia 14/05/2018, às 13 horas, do tipo menor preço por lote/item, expedido no processo de Licitação cujo objeto é a contratação de empresa para a locação de concentrador de oxigênio para usuários do SUS, vem opinar na forma abaixo.

BREVE RELATÓRIO

A empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA** apresentou impugnação aos seguintes itens do edital:

I - dos documentos obrigatórios não exigidos no edital;

II - da necessária de melhor caracterização do objeto;

III - Da operacionalidade da cota reserva de 25% e da ampliação da Margem de preferência;



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

IV - da inexecuibilidade dos prazos de entrega previstos no edital;

V - da restrição da competitividade pela fixação da capacidade dos cilindros;

VI - da inviabilidade da operacionalidade do abastecimento dos cilindros de backup e necessidade de revisão do objeto.

PARECER

Primeiramente, quanto aos itens I, II, IV, V e VI da impugnação, está P. G. M. deixa de se manifestar, vez que não tem competência técnica para analisar a descrição dos objetos a serem licitados, Termo de Referência/Projeto Básico.

Quanto ao item III da impugnação.

III - Da operacionalidade da cota reserva de 25% e da ampliação da Margem de preferência.

Alega o Impugnante, quanto à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, que quanto maior o número de competidores com propostas válidas, maiores são as chances da Administração obter preços mais vantajosos para determinada contratação.

Que à luz do que dispõe a Lei 8.666/93 sobre as finalidades do procedimento licitatório, constitui um dos objetivos da licitação a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, sendo vedado aos agentes públicos a inclusão de cláusulas restritivas no edital, salvo o que for permitido em lei. Sendo Irrefutável a importância de se verificar e privilegiar a competitividade em licitações públicas antes mesmo da publicação do edital, através da análise de mercado, eleição do critério de julgamento compatível, tratamento diferenciado e destinação para participação exclusiva.

Afirma que, em que pese a LC 123/2006 instituir a obrigatoriedade de se destinar licitações para participação exclusiva de ME, EPP e MEI em determinadas situações, essa regra não é absoluta e encontra ressalva nas próprias situações



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

previstas no referido diploma legal. Que a própria Lei Complementar que instituiu o tratamento diferenciado em licitações públicas, facultou à Administração a não adoção do referido tratamento, se este não for vantajoso para a Administração Pública ou importar prejuízo ao objeto. E que a adoção da ampla participação neste processo não impossibilitará que Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participem da licitação e favorecerá o aumento do número de empresas participantes na licitação e, conseqüentemente, o aumento do número de propostas mais vantajosas para a Administração, em prol da Competitividade e Economicidade, respectivamente.

Em sede de licitações presenciais a legislação prevê a possibilidade de que, caso não se apresentem no mínimo 03 microempresas ou empresas de pequeno porte no dia da sessão pública, que o processo seja ampliado para a participação das demais empresas que comparecerem no dia, nos termos do art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/2006. Tal previsão constitui mais uma forma alternativa para que a Administração busque a ampla competitividade e possa atender o princípio da Eficiência. Ao final, pede a retificação do certame para a ampla participação.

Contudo, não lhe assiste razão. Afirma o artigo 47 da LC 123 que:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

A lei impõe à Administração Pública a obrigação de conceder tratamento diferenciado e simplificado as microempresas e empresas de pequeno porte. Não se trata de um poder discricionário, mas vinculado, da Administração à norma legal. Só podendo ser dispensado se a licitação se enquadrar em uma das exceções do artigo 49 da mesma lei. O que não é o caso.

Ocorre que a concessão às microempresas e empresas de pequeno porte é dada no momento da publicação do edital, sendo que os fatos posteriores em nada alteram as normas



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

previamente inseridas no certame. Assim, a Administração Pública terá de conceder o tratamento diferenciado desde que constate que há no mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local (regionalmente) e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório ou que a inclusão não é desvantajosa para a administração pública e não representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado ou que a licitação não é dispensável ou inexigível.

Agora, se após a publicação do edital, apenas 2 microempresas e empresas de pequeno porte se habilitarem no processo licitatório em nada altera as suas normas. Isto porque a Administração está vinculada ao Princípio da Legalidade e a LC 123 não permite a exclusão das microempresas e empresas de pequeno porte ou ampliação do objeto licitatório durante do processo licitatório.

Afirma Rafael Carvalho Rezende Oliveira, em sua obra *Licitações e Contratos Administrativos*, fls. 121, 4ª Ed., Editora Método, que:

“Não obstante a aparente faculdade, prevista na redação originária dos arts. 47 e 48 da LC 123/2006, na instituição do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte (o art. 47 da LC 123/2006 utilizava a expressão “poderá”), sempre sustentamos que a hipótese seria de obrigatoriedade/vinculação por parte da Administração, tendo em vista a necessidade de efetivação das normas constitucionais que impõem o referido tratamento diferenciado em favor daquelas entidades (arts. 146, III, “d”, 170, IX, e 179 da CRFB). A obrigatoriedade do tratamento diferenciado, defendida nas edições anteriores desta obra, foi prestigiada na alteração promovida pela LC 147/2014, que utilizou a expressão “deverá” nos arts. 47, caput, e 48, I e III, da LC 123/2006.”

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina esta AGM pela total improcedência da presente impugnação.

**Prefeitura Municipal de Patos de Minas***Secretaria Municipal de Saúde**Comissão de Pregão*

Apresentaram impugnação em 10/05/2018, sob o protocolo nº 6.997/2018 e em 11/05/2018 sob o protocolo 7.075/2018 aos termos do edital epigrafado de forma tempestiva, os licitantes **NILSON MOREIRA CARDOSO ME** e **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA** conforme prazos estabelecidos no edital e na forma da lei.

Em síntese, alega a Impugnante **NILSON MOREIRA CARDOSO ME** que o Município possui compromisso firmado com a empresa decorrente de Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Presencial 54/2017. Questiona a reserva de cota de até 25% do objeto a ser licitado e o prazo para instalação e substituição do equipamento danificado.

Alega também em síntese a Impugnante **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA** que não houve uma correta caracterização do objeto do edital e a prorrogação da vigência, questiona o prazo de vigência do contrato e a capacidade do cilindro portátil.

Logo após a Pregoeira encaminhou à Diretora de Atenção Básica e à Procuradoria Geral do Município, para análise e emissão de parecer acerca das alegações dos recorrentes. Após análise, opinaram da seguinte maneira:

Diretoria de Atenção Básica

Resposta ao pedido de impugnação interposto pela empresa NILSON MOREIRA CARDOSO ME, Pregão Eletrônico 21/2018, Processo de Licitação 76/2018:

Quanto à inexecutabilidade dos prazos de entrega previsto no Edital.

"O item 1.8, às fl. 21 do edital, dispõe que como obrigação do contrato instalar todos os equipamentos concentradores de oxigênio para todos os pacientes apontados pelo município em até 30 dias após assinatura do contrato. Ocorre que referido prazo é completamente inexequível"

Resposta:

Com fulcro no objeto no processo licitatório e em consulta a outros editais de mesmo objeto elaborado por outros municípios o prazo de 30 dias é suficiente para logística e instalação dos referidos equipamentos, sendo esse prazo superior ao de muitos dos processos por esse setor consultado.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Saúde

Comissão de Pregão

Atualmente não existe fornecedor de Concentradores de O₂, sendo que o pregão 21/2018 é o primeiro a conter esse objeto. Tendo posto não existe um atual fornecedor que poderá se beneficiar do prazo estabelecido.

"Lado outro, o item 1.11 também às fl 21 do edital, consta que o contrato se obriga a fornecer/substituir aparelho com defeito em no máximo 24 horas após ser comunicado."

Resposta:

Motivada por este pedido de impugnação a Diretoria de Atenção Básica resolve retificar o edital para melhoria da prestação do serviço, sendo que passará a ser de responsabilidade do prestador de serviço a recarga do cilindro de O₂ no caso de falta de energia ou defeito do equipamento. Ficando com juízo de discricionariedade o prazo que a mesma sanará o defeito, desde que seja razoável e não venha a causar prejuízo a saúde do paciente. A capacidade da bala de O₂ ficará a critério da contratada. Desde que a mesma atenda às necessidades dos pacientes que vierem dela necessitar, diante da falta de energia ou defeito do equipamento.

Resposta ao pedido de impugnação interposto pela empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, Pregão Eletrônico 21/2018, Processo de Licitação 76/2018:

Depreende-se assim a definição do objeto como sendo "locação de concentrador de oxigênio". Contudo, o escopo licitado compreende outras atividades além da locação de equipamento, como por exemplo, a instalação e manutenção de equipamentos, o fornecimento de oxigênio gasoso medicinal em cilindro dentre outros, atividades essas que não foram consideradas na definição do objeto.

Resposta:

A definição do objeto licitado foi disposta de maneira precisa, ou seja, as atividades que não foram consideradas na definição do objeto, fazem parte da execução da prestação do serviço bem como da descrição do item licitado e não causa prejuízo ao interessado no certame, sendo que a alegação da recorrente não procede.

Quanto ao tamanho do cilindro com capacidade de 10 m³.

"1- não há no mercado cilindro portátil com capacidade de 10 m³

2 – O cilindro com capacidade de 10 m³ possui tamanho inapropriado para atendimento domiciliar por ser grande demais e demanda ser transportado por mais de uma pessoa, o que se tornará um problema tanto na entrega em locais de difícil acesso quanto na sua movimentação por pacientes e familiares.

Resposta:

Motivada por este pedido de impugnação a Diretoria de Atenção Básica resolve retificar o edital para melhoria da prestação do serviço, sendo que passará a ser de responsabilidade do prestador de serviço a recarga do cilindro de O₂ no caso de falta de energia ou defeito do equipamento. Ficando com juízo de discricionariedade o prazo que a mesma sanará o defeito, desde que seja razoável e não venha a causar prejuízo a saúde do paciente. A



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

capacidade da bala de O2 ficará a critério da contratada. Desde que a mesma atenda às necessidades dos pacientes que vierem dela necessitar, diante da falta de energia ou defeito do equipamento.

Procuradora Geral do Município

Assunto: Impugnação ao Edital de Licitação

Ilma Pregoeira.

A Advocacia Geral do Município, atendendo requerimento desta Secretaria Municipal de Saúde, através do requerimento de fls. 222v, para pronunciar-se acerca da impugnação oferecida por **NILSON MOREIRA CARDOSO -ME** e **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, no Edital de Pregão eletrônico nº 021/2018, que seria realizado no dia 14/05/2018, às 13 horas, do tipo menor preço por lote/item, expedido no processo de Licitação cujo objeto é a contratação de empresa para a locação de concentrador de oxigênio para usuários do SUS, vem opinar na forma abaixo.

BREVE RELATÓRIO

a) A empresa NILSON MOREIRA CARDOSO-ME impugnou:

- a. I) O compromisso firmado na Ata de Registro de Preço nº 139/2017 referente ao pregão presencial nº 054/2017, para fornecer gases medicinais;
- a. II) A cota de até 25% do objeto da contratação para microempresas e empresas de pequeno porte;
- a. III) A obrigação de entregar e instalar os equipamentos em até 30 dias e 24 horas para a substituição.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

b) A empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
impugna:

b.I) A incorreta caracterização do objeto do edital e a prorrogação da vigência;

b.II) O prazo de vigência da contrato;

b.III) A capacidade do cilindro portátil.

PARECER

Primeiramente, quanto aos itens enumerados a.III, b.I, b.III, esta A. G. M. deixa de se manifestar, vez que não tem competência técnica para analisar a descrição dos objetos a serem licitados, Termo de Referência/Projeto Básico, etc.

Quanto aos itens enumerados: a.I, a.II e b.II.

Item a.I

Alega o Impugnante NILSON MOREIRA CARDOSO-ME que o Município já possui compromisso firmado com a empresa ora Impugnante até a data de 28/12/2018, porquanto se encontra plenamente vigente a ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 139/2017, referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 054/2017, onde a empresa Impugnante, por meio da CLÁUSULA TERCEIRA, se obriga a fornecer gases medicinais com entrega parcelada por 12 (doze) meses. Que realizou uma série de investimentos para suprir as necessidades do ente municipal e que referida cláusula não possui ressalva de rescisão antecipada.

Não assiste razão ao Impugnante porque trata-se de um registro de preço, cuja finalidade é apenas a da Administração Pública aferir as melhores propostas, sem assumir a obrigação de contratar. Assim a Administração não está vinculada ao Registro de Preço, pois como afirmado pela impugnante existe uma expectativa de direito, podendo a qualquer momento fazer uma nova licitação. Quanto ao assunto, afirma Rafael Carvalho Rezende Oliveira, em sua obra *Licitações e Contratos Administrativos Teoria e Prática*, Editora Método, 4ª Ed., fls. 42/43, in verbis:



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

“O SRP pode ser definido como procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública seleciona as propostas mais vantajosas, mediante concorrência ou pregão, que ficarão registradas perante a autoridade estatal para futuras e eventuais contratações.

É importante ressaltar que o registro de preços não é uma modalidade de licitação, mas, sim, um sistema que visa racionalizar as compras e os serviços a serem contratados pela Administração.

O registro de preço não possui a finalidade de selecionar a melhor proposta para celebração de contrato específico, como ocorre normalmente nas licitações e contratações de objeto unitário.

.....

Ao final do sistema, será formalizada a Ata de Registro de Preços. Trata-se do documento onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas nas futuras contratações. A Ata tem prazo de validade de até um ano e não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo lícita a realização de novas licitações ou contratações diretas, na forma da lei, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.”

Item a.II

Também alega o Impugnante NILSON MOREIRA CARDOSO-ME que o preâmbulo do EDITAL estabeleceu a cota de até 25% do objeto da contratação para microempresas e empresas de pequeno porte. Que ao analisar o Item 48.506 do edital, verifica-se que apenas 10% do total do objeto licitado foi destinado às ME's ou EPP's. Que passou a ser uma OBRIGAÇÃO e a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, bem como deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Ocorre que, conforme alegado pelo Impugnante, a reserva para as ME's e EPP's é de até 25% e não de exatamente 25%. Assim, a Administração Pública pode agir dentro da sua discricionariedade e licitar uma fração menor do que a de 25%. Assim, não assiste razão ao Impugnante.

Item b.II



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

a) Alega o Impugnante WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA que a vigência inicial prevista para o contrato é de até 31/12/2018, com possibilidade de prorrogação por períodos sucessivos, até o limite de 60 meses. Contudo, da análise da quantidade de locações prevista no TERMO DE REFERÊNCIA e na minuta da PROPOSTA DE PREÇOS, percebe-se que foi considerado o quantitativo de locações para todo o período de 60 meses, ao invés do período de até 31/12/2018. Que a Administração não pode utilizar como referência de quantidade de locações e preço, o período de vigência contratual equivalente a 60 meses, mas sim, o período compatível com a vigência do crédito orçamentário, que, conforme previsão do edital, será de até 31/12/2018. Que a discrepância no quantitativo de locações previsto também afeta o estudo econômico-financeiro que as empresas necessitam realizar para composição de seus preços.

Não assiste razão ao Impugante. Como é cediço e evidentemente a empresa que vier a vencer o certame e executar uma prestação adequada com preços vantajosos permanecerá contratada pelo limite legal de sessenta meses. Esse é o entendimento que TODO licitante possui sobre um certame licitatório, não restando dúvida para os licitantes comporem seus preços para este certame. A previsão de sessenta meses está conforme orientação do nosso colendo TCE que já determinou a esta Municipalidade que nas licitações de prestação de serviços continuados adote o limite legal de sessenta meses como parâmetro.

E a vigência contratual é conforme orçamento vigente desde que, reitera-se, caso seja executado satisfatoriamente e com preços vantajosos, poderá ser prorrogado pelo limite legal de sessenta meses.

Enfim, neste ponto não há dúvida que mereça a retificação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina esta AGM pela total improcedência das impugnações nos pontos analisados, Item a.I; Item a.II e Item b.II supra transcritos.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

Após manifestação da Diretoria de Atenção Básica e Vigilância Sanitária, em acatar parcialmente a impugnação da licitante recorrente, a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Denise Maria da Fonseca, acolheu os fundamentos de tal, e DECIDIU pelo provimento parcial da Impugnação apresentada pela licitante AIR LIQUIDE BRASIL e pelo improvimento das impugnações apresentadas pelas licitantes NILSON MOREIRA CARDOSO ME LTDA E WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA. Desse modo o edital será retificado nos títulos VII e XIV e anexos I, II e VII. Comunica-se que, a impugnação recebida, o julgamento da mesma, o parecer da AGM e a Decisão do Secretário de Saúde - Autoridade Superior foram juntados aos autos e estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, das 12:00 às 18:00 horas.

Patos de Minas, 30 de maio de 2018


Rosilene Maria de Sousa

Pregoeira